

COMPADRIO ESCRAVO NA REGIÃO DE PORTO IMPERIAL, TOCANTINS (1812-1850)

Maiara Muniz¹

Resumo: Por meio da investigação das fontes paroquiais, populações brasileiras do passado têm sido conhecidas e suas formas de vida analisadas, bem como suas relações sociais, fazendo com que os estudos de História abandonassem algumas certezas sobre as "famílias de antigamente", tais como o casamento em idade muito baixa e um alto número de filhos por casal, o que não se revela como verdade em algumas localidades. Os estudos de demografia histórica tiveram início na França, nos anos de 1950, por meio do trabalho do demógrafo Louis Henry. A respeito da população brasileira chamada pré-estatística, a obra inaugural foi de Maria Luiza Marcílio, sobre a cidade de São Paulo, nos anos de 1970, um trabalho resultante de sua tese de doutorado. Nas últimas décadas, os estudos sobre demografia histórica e história da população têm se valido de fontes paroquiais, tais como registros de batismos e casamentos, listas nominativas, documentos cartoriais, que cobrem não somente a população livre e liberta, como também a escrava. De modo geral, no entanto, os estudos sobre história da população brasileira centraram-se nas regiões sudeste e sul, possivelmente em razão da concentração dos programas de pós-graduação nessas localidades. É fundamental, não obstante, conhecer as populações do passado dos outros lugares, das regiões sertanejas do país. Nesse sentido, as fontes paroquiais são fundamentais para os estudos, visto que são, em muitas localidades, a única documentação preservada sobre as populações dos séculos XVIII e XIX. O espaço aqui proposto, Porto Imperial, formou-se às margens do rio Tocantins, em meados do século XVIII, no período da exploração de ouro em Goiás. Porto Imperial era o arraial que interligava regiões auríferas (como o arraial de Monte do Carmo), pessoas e produtos, por meio do rio; situa-se hoje na região central do estado, mas o passado de sua população ainda é pouco conhecido. Este trabalho, parte de pesquisa de mestrado recém iniciada, se propõe a analisar as relações de compadrio das mães escravas e forras da região de Porto Imperial, entre os anos de 1812 e 1850, por meio dos registros de batizados armazenados na Catedral de Nossa Senhora das Mercês. A referida documentação abrange quase integralmente o século XIX, faltando os primeiros anos e refere-se principalmente a dois arraiais: Carmo e Porto Imperial. Parte da documentação original se perdeu e nem tudo o que está preservado encontra-se legível, de modo que não é possível fazer uma análise seriada de todo o século XIX, apenas de uma parte dele. Ademais, originalmente havia registros de batismos, casamentos e óbitos, sendo que os últimos se perderam. Os registros de batismos analisados permitem afirmar a preferência das mães escravas e forras pela escolha de padrinhos e madrinhas livres para seus filhos e, nesse sentido, uma hipótese inicial para esse trabalho é que houve a tentativa de estabelecer relações afetivas entre as crianças e algumas pessoas livres, buscando constituir alianças com indivíduos de condição jurídica superior.

Palavras-chave: História da população; população escrava; Tocantins; demografia.

¹ Mestranda do Programa de História Social da Universidade de São Paulo, sob orientação da professora Maria Luiza Marcílio.

Introdução

Vivem os habitantes deste lugar e de todo o distrito da cultura de algodão, fumo e mandioca, cujas plantações ao longo das férteis margens do Maranhão são extraordinariamente produtivas, mas acham-se expostas às devastações e ataques dos índios. O algodão de superior qualidade é preferido a qualquer outro. Cultiva-se também a cana-de-açúcar, da qual só se preparam rapaduras e cachaça. Não se faz a criação de porcos por falta de milho, mas criam-se bois. Os víveres custam muito caro. O vizinho Rio Maranhão oferece peixe copiosamente. O calor aqui era extraordinário.²

O espaço descrito por Pohl em sua viagem pelo interior do Brasil na década de 1820 é o arraial de Porto Real, que passou a ser chamado de Porto Imperial após a independência. O mencionado rio Maranhão é hoje chamado de rio Tocantins, e foi em razão da necessidade de ligação entre este e os arraiais do ouro do norte goiano que surgiu Porto Real. Os registros de batismos de crianças escravas utilizados aqui referem-se também ao arraial vizinho, Carmo, fundado em razão da mineração.

Para o período de análise proposto, de 1812 a 1870, a mineração já não era a principal atividade econômica da Província de Goiás, tendo sido substituída pela pecuária – os homens mais ricos à época do Império, que ocupavam as cadeiras da Assembleia eram os grandes criadores de gado. Se o ouro fez Goiás se integrar à economia-mundo, o fim da exploração desse produto transformou os arraiais que haviam surgido em razão da mineração em espaços apartados da economia de exportação; produzia-se para o abastecimento interno e para comerciar o restante, principalmente com Maranhão e Pará.

Por meio dos registros de batismo, busca-se neste artigo observar o padrão de escolha de padrinhos e madrinhas pelas mães escravas nos dois arraiais, Carmo e Porto Real, percebendo as relações sociais que aquelas mulheres buscavam construir dentro dos muros da escravidão. As relações de compadrio escravo integram-se à história das populações, e, ainda, aos estudos de demografia histórica surgidos no século XX, a partir da relação entre a História e as Ciências Sociais. O diálogo com diferentes ciências permitiu que o olhar do historiador se lançasse para novos sujeitos, espaços e objetos, não somente fazendo uso de novas fontes e métodos, como interpretando os documentos através de uma nova concepção de tempo histórico.

2 POHL, Johann Emanuel. *Viagem no interior do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976. p. 229.

Novos métodos e fontes para o estudo das populações: A Nova História e a Demografia Histórica

“Ciência dos homens”, dissemos. É ainda vago demais. É preciso acrescentar: “dos homens, no tempo”. O historiador não apenas pensa “humano”. A atmosfera em que seu pensamento respira naturalmente é a categoria da duração.³

Não é verdade que há um limite, um teto que confina toda a vida dos homens, que a envolve como que numa fronteira mais ou menos vasta, sempre difícil de atingir e mais difícil ainda de transpor? É o limite que se estabelece em cada época, até na nossa, entre o possível e o impossível, entre o que se pode atingir, não sem esforço, e o que permanece vedado aos homens (...)⁴

A historiografia moderna tem sido caracterizada principalmente pelo diálogo que estabelece entre a História e as Ciências Sociais constituídas no século XIX. Por vezes, associa-se a Nova História essencialmente aos franceses da *Escola dos Annales* que iniciaram sua produção em 1929 e, ao longo das décadas seguintes, influenciaram gerações de pesquisadores. O contato entre a História e as Ciências Sociais ampliou os objetos históricos, visto que novos sujeitos passaram a ser considerados, através do uso de novas fontes e de novos métodos. A preocupação central nos excertos de ambos os autores é o tempo, a duração, visto que a pluralidade dos tempos históricos é uma das principais chaves de análise colocadas pela Nova História.

Além de uma nova concepção de tempo, são próprios da Nova História o uso de novos métodos e fontes, aos quais se relacionam diretamente os estudos sobre a demografia histórica. Fruto da relação entre a História e a Demografia que se acentuou nos anos 1950, estes tornaram-se numerosos a partir de então, e, no que se relaciona a este trabalho, citamos a contribuição de Louis Henry⁵, que desenvolveu o método de reconstituição de famílias. A preocupação do estudioso naquele momento era conhecer as tendências de reprodução humana para a população francesa no período pré-estatístico. O método de Henry permitiu medir taxas de natalidade, mortalidade e fertilidade, além de observar a idade comum para o casamento, tanto dos homens como das mulheres, por meio da catalogação de famílias utilizando como fontes os registros paroquiais.

Para Thomas H. Hollinsworth, o conceito primário para a demografia é o de população: “Pode-se dizer que a Demografia observa pessoas em primeiro lugar, e depois prosse-

3 BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 55.

4 BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. Vol. 01. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 15.

5 O trabalho inaugural, *Des registres paroissiaux à l'histoire de la population*. Manuel de dépouillement et d'exploitation de l'état civil ancien, escrito por Louis Henry e Michel Fleury, foi publicado em 1956.

gue enumerando-as, contando-as e descrevendo-as, eventualmente, discutindo-as de todas as maneiras possíveis.”⁶

Considerando o nome “Demografia Histórica”, pressupõe-se, portanto, que haja uma leitura histórica de dados estatísticos da demografia, ou seja, uma relação entre os números e os contextos de sociedade, economia, cultura, política e religião. Para Bacellar, Bassanezi e Volpi, os estudos brasileiros estão mais próximos da história da população, por se relacionarem mais à história da família e das sociabilidades do que à formação de um quadro que permita conhecer as tendências de reprodução da população brasileira, em todas as suas regiões – o que é dificultado em razão das fontes⁷.

No Brasil, um dos trabalhos pioneiros nesta área foi o de Maria Luiza Marcílio sobre a população de São Paulo, por meio da adaptação do método de Henry. O caso do Brasil apresenta uma série de diferenças em relação à França e aos demais países europeus: o território é imenso, de povoamento espaçado, a sociedade teve caráter escravista, a migração foi uma constante e houve forte presença de ilegitimidade e relações consensuais (não oficializadas com o matrimônio) na formação das famílias. Em algumas localidades – como a escolhida para este trabalho – o uso das fichas tal como proposto pelo método de Henry não é possível, sendo necessárias adaptações.

Entretanto esse processo de cruzamento nominativo revela-se difícil e complexo, especialmente para os estudiosos das populações luso-brasileiras devido a uma série de problemas já amplamente conhecidos (falta de regras para transmissão dos nomes de família, alteração e/ou inversão dos nomes e sobrenomes, ausência de nomes de famílias para a maioria da população feminina, concentração na escolha de alguns nomes de batismo – tanto para homens como para mulheres –, alta incidência de homônimos)⁸.

Não obstante, as fontes consultadas neste trabalho são aquelas outrora utilizadas pelo historiador francês: os registros paroquiais. O uso destes nas últimas décadas têm permitido conhecer a composição da população das paróquias, os casos de ilegitimidade, as relações de sociabilidade entre os diferentes grupos sociais. Permitem também pensar em temas como o abandono infantil, alforrias ou uniões informais.

Outra característica comum a boa parte dos estudos históricos sobre a população brasileira é sua concentração no sudeste, alcançando também o sul, mas não tanto o cen-

6 HOLLINGSWORTH, Thomas H. Uma conceituação de Demografia Histórica e as diferentes fontes utilizadas em seu estudo. In. MARCÍLIO, Maria Luiza (Org). *Demografia Histórica: Orientações e Técnicas Metodológicas*. São Paulo: Livraria Pioneiro Editora, 1977. p. 29.

7 BACELLAR, C.A.P.; BASSANEZI, M.S.C.B.; SCOTT, A.N.V. “Quarenta anos de demografia histórica”. *Revista Brasileira de Estudos da População*, São Paulo, v.22, n.2, p.339-350, 2005.

8 SCOTT, A.S.V.; SCOTT, D. “Cruzamento nominativo de fontes: desafios, problemas e algumas reflexões para a utilização dos registros paroquiais”. *XV Encontro Nacional de Estudos da População*, Caxambu, Minas Gerais, 2006. p. 01.

tro, o norte e o nordeste, citando como uma das exceções a obra de Rocha sobre a população negra da Paraíba do século XIX⁹. Aponta-se a necessidade de expandir os estudos para as demais regiões, uma vez que somente assim poderá chegar a ser formado um panorama da população brasileira nos períodos da colônia e império. Tal necessidade se faz urgente quando se pensa nas fontes e nas condições em que estão preservadas. A paróquia aqui escolhida localiza-se em Porto Nacional, região central do Tocantins, que era norte da Província de Goiás no século XIX.

Es cierto, no obstante, que la orientación demográfica permitió conocer, con creces, con alto grado de refinamiento, comportamientos de las poblaciones coloniales radicadas especialmente em el Sudeste brasileño, aunque enfocando el período posterior al pasaje del siglo XVIII al XIX. Este conocimiento abarcó –incluyendo el siglo XX y especialmente en el Sur– grupos inmigrantes, tales como descendientes de alemanes, italianos y ucranianos. Es cierto, también, que poco o nada se sabe respecto a las dinámicas poblacionales del período anterior al siglo XIX y/o vivenciadas en las demás partes del país.¹⁰

No rastro do ouro: formação histórica da Província de Goiás

Em meados do século XVII, diante da necessidade de mão-de-obra das grandes plantações do nordeste, os bandeirantes paulistas adentravam às terras então chamadas de sertão com o intuito de prear índios para suprir tal demanda. Outrora, os espaços que viriam a ser chamados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, além do Paraná, compunham a Capitania de São Paulo. Foi nesse sertão que encontraram as primeiras minas de ouro na América Portuguesa, levando a um rearranjo na colônia, com seu eixo econômico e político saindo do litoral do nordeste para o centro-sul, o que teve como marco a transferência da capital, de Salvador para o Rio de Janeiro, no ano de 1763.

É bem verdade que, já ao final do século XVI, em decorrência da caça ao índio, mão-de-obra para a grande lavoura, dão-se algumas penetrações na região centro-oeste, registrando-se que uma bandeira dos paulistas Antônio Macedo e Domingos Luis Grau (1590 – 1593) teria alcançado as regiões setentrionais de Goiás, seguida de outras; a de Domingos Rodrigues (1596 – 1600), que subira o Tocantins até a confluên-

9 ROCHA, Solange Pereira da. *Gente negra na Paraíba oitocentista. População, família e parentesco espiritual*. 1.ed. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

10 NADALIN, S.O. et al. Más allá del centro-sur: por una historia de la población colonial em los extremos de los dominios portugueses na América (siglos XVII-XIX). In: CELTON, Dora; GHIRARDI, Mónica; CARBONETTI, Adrián (orgs.) *Poblaciones históricas: fuentes, métodos y líneas de investigación*. Rio de Janeiro: ALAP, p. 137-153, 2009. p. 140.

cia do Araguaia e a de Afonso Sardinha, que, como a anterior, chegara até ao Araguaia (1598?).¹¹

A efetiva ocupação de Goiás, ou seja, a integração deste lugar ao contexto econômico da colônia, no entanto, tem ligação com a atividade mineradora iniciada nas primeiras décadas do século XVIII, quando bandeirantes, após a descoberta do metal precioso nas Minas Gerais, alcançaram as terras de Goiás e Mato Grosso no rastro do ouro. Segundo Doles:

Se o século XVII representa a etapa de estudo das possibilidades econômicas das regiões goianas, durante a qual o seu território torna-se sobejamente conhecido, no século seguinte, em função da corrida de ouro empreendida pelos paulistas, será ele vasculhado em todos os sentidos e estebelecer-se-á sua efetiva ocupação através da mineração.¹²

A descoberta das minas, para esses homens, vinha acompanhada de um reconhecimento régio, que se dava através do recebimento de terras e de participação na administração, tal como exemplificam Almeida e Oliveira a respeito de Bartolomeu Bueno da Silva (o filho): “Como também se fizera em outras partes, Bartolomeu Bueno foi contemplado com o posto de capitão-mor regente dos novos descobrimentos, para onde retornou em 1726”.¹³

Segundo as mesmas autoras, “Goiás foi a região mineradora do período colonial onde a marca da descentralização administrativa mais se fez presente e o controle metropolitano praticamente não conseguiu se instaurar”.¹⁴ Não obstante, já nas primeiras décadas do século XVIII, a Coroa portuguesa instalou nas terras do ouro o aparelho administrativo, por meio da cobrança de impostos, do controle dos caminhos terrestres e fluviais, da estruturação da Justiça, com comarca estabelecida em Vila Boa e, também, por meio da presença de seus agentes, que, embora distantes do centro administrativo da colônia e do Império Português, ali estavam para representar a Coroa, e não (apenas) seus próprios interesses.

Como foi usual nas regiões mineradoras do período colonial, tão logo chegava a notícia da descoberta de novos veios, arraiais se formavam, comumente de modo desordenado, e, tanto a população livre que migrava em busca de enriquecimento, quanto os escravos levados para a faina, ali se estabeleciam. Segundo Gilka Salles, a ocupação de Goiás aconteceu em três fases, entre as décadas de 1720 e 1750.

11 DOLES, Dalísia. *As comunicações fluviais pelo Tocantins e Araguaia no século XIX*. Tese de Doutorado. FFLCH, Universidade de São Paulo, 1972. p. 15.

12 *Idem*, p. 17.

13 ALMEIDA, Carla M.C. de, OLIVEIRA, M.R. de. Conquista do centro-sul: fundação da Colônia de Sacramento e “achamento” das Minas. In FRAGOSO, J., GOUVÊA, M.F. *O Brasil Colonial 1580-1720*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, pp. 321.

14 *Idem*, p. 322.

Uma sequência cronológica do encontro do ouro indica que os núcleos mineradores dos primeiros anos de ocupação situaram-se nas proximidades de Sant'Anna, às margens do rio Vermelho, entre 1725 e 1731, contando-se, entre eles, o de Barra, Ferreira, Anta, Ouro Fino, Santa Rita e Pilar, seguindo-se-lhes o de Santa Cruz, afastado na direção de São Paulo, em 1729; vêm depois os achados de Meia Ponte, em 1731. Voltando-se para o norte, ladeando o rio Tocantins, entre 1730 e 1736, surgem as minas do Maranhão, Água Quente, Traíras, São José e Cachoeira e, ao mesmo tempo, nas proximidades do rio Crixás, as minas do mesmo nome. A sucessão de descobertas ainda continua para o nordeste entre 1735 e 1741, com os núcleos de Natividade, São Félix, Pontal, Porto Real, Arraias, Cavalcante e Pilar. Volta a seguir para o sul da capitania, não muito distante de Sant'Anna, entre 1746 e 1749, com os achados do Carmo, Santa Luzia e Cocal.¹⁵

Evidentemente, a mineração não era a única atividade econômica nas terras goianas, bem como a formação dos arraiais não se deu exclusivamente ao redor das minas. Ao longo do século XVIII, tiveram lugar a agricultura e a pecuária para abastecimento interno e o comércio dos gêneros de primeira necessidade.¹⁶ Apesar das possibilidades de comunicação fluvial entre Goiás e Pará, a navegação foi proibida por alvará em 1737, em razão da dificuldade da Coroa em controlar o contrabando que acontecia entre o norte goiano e Pará, Bahia e Maranhão. A única via permitida para as minas goianas era aquela aberta pelos seus descobridores, estrada real que ligava São Paulo, Minas Gerais e Goiás. A proibição de navegar para o norte, que durou até 1782, ocasionou prejuízos para a capitania, que teve comércio e comunicação dificultadas.

É a população do norte goiano que propomos estudar, especialmente aquela ligada a duas paróquias, localizadas nos arraiais de Carmo e Porto Real/ Porto Imperial. O primeiro surgiu em virtude da mineração; o segundo, localizado às margens do rio Tocantins, formou-se pela necessidade de haver um ponto de ligação entre o rio e os arraiais do ouro. Grosso modo, a população do norte goiano esteve mais apartada das decisões políticas, visto que, com a criação da Capitania de Goiás em 1744 e o estabelecimento de sua capital, Vila Boa (Sant'Anna), ao sul, o centro econômico, político e jurídico dos goiazes formou-se naquela região, bem distante dos arraiais do norte, que, ademais, estabeleciam mais relações com Pará, Maranhão e Bahia. No início do século XIX, esse afastamento do centro político e econômico será um dos motivos apontados para a formação de um movimento separatista na capitania, às vésperas da independência.

Se a ocupação e o povoamento de Goiás, e, por consequência, sua integração com outras capitanias estiveram ligados à mineração, com a decadência dessa atividade o qua-

15 SALLES, Gilka V.F. de. *Economia e escravidão na Capitania de Goiás*. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1992. p. 61.

16 Segundo Salles, com o aumento da população, foi preciso aumentar também a produção agropecuária, de modo a evitar crises de abastecimento.

dro econômico e social goiano se alterou. Os arraiais essencialmente mineradores se esva-ziaram, enquanto outros puderam se manter, em razão da navegação, da agricultura e da pecuária, esta última se tornando a principal atividade econômica da província. Em relação à mão-de-obra, os escravos foram maioria no trabalho nas minas, como explicita Salles:

A economia goiana no período colonial fundamentou-se, como se sabe, no trabalho escravo, presente no desbravamento e cultivo do solo. Constituiu ele o nervo das prospecções, da extração aurífera e da formação das primeiras lavouras. Foi utilizado, ainda, nos serviços domésticos, no artesanato de consumo local, como a tecelagem de algodão, a cerâmica, a destilaria de aguardente, nas fábricas de açúcar e no transporte.¹⁷

Com a decadência das minas de ouro, a escravidão não desapareceu da província. Não obstante, nas atividades agropastoris de Goiás no século XIX houve predominância de trabalho livre. Os dados sobre a população goiana mostram que ao longo dos oitocentos a diferença entre o número de livres e escravos na província cresceu continuamente. Tendo por base mapas de população e estatísticas levantadas por viajantes, Souza e Silva aponta que, em 1804, os habitantes eram 50.365, dos quais 12.094 escravos – majoritariamente homens. Em 1856, o relatório do presidente da província Antonio Augusto Pereira da Cunha arrolava 119.052 habitantes, dos quais 12.054 escravos. O número de habitantes mais que dobrou, e o número de escravos permaneceu praticamente o mesmo em cinco décadas. Infere-se aqui duas explicações: primeiro, o número de mulheres escravas era muito inferior ao de homens escravos; segundo, este é justamente o período de desenvolvimento das plantações de café em partes do Rio de Janeiro e de São Paulo, e essas regiões receberam o maior número de escravos, tanto por meio do tráfico atlântico como pelo tráfico interno.¹⁸

As Relações de Compadrio Escravo no Norte da Província de Goiás, 1812 – 1870.

Aos vinte sete dias do mês de mayo de mil oito centos e vinte e dois annos, nesta Matris de Nossa Senhora do Monte do Carmo, baptizei solennemente e pus os Santos Óleos ao innocente Cazimiro, filho de Brígida escrava de Custodio Pereira da Silva: forão Padrinhos Demetrio de Oliveira Negri e Anna de Oliveira Negri, e para constar fis este assento que assignei.¹⁹

17 SALLES, op cit., p. 215.

18 Pensa-se aqui na concepção de áreas superdotadas, regiões maduras e zonas residuais de Antônio Barros de Castro. Cf. BARROS DE CASTRO, Antônio. As mãos e os pés do senhor de engenho: dinâmica do escravismo colonial. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (org.). *Trabalho escravo, economia e sociedade*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1984. pp. 41-66.

19 Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora das Mercês – Batizados – Livro 1. Folha 111. Registro n. 282.

O registro de batismo acima é um dos analisados neste trabalho²⁰, no intuito de traçar um padrão de preferência na escolha dos padrinhos e madrinhas pelas mães escravas. Consta data do batizado, local, nome da criança, de sua mãe e do senhor de ambos, além do nome dos padrinhos. Estes registros, arquivados na Catedral de Nossa Senhora das Mercês, em Porto Nacional, dizem respeito não apenas a Porto, como também a Monte do Carmo, outrora arraial do Carmo. Batizar uma criança significava, em uma sociedade católica, inseri-la no mundo religioso e livrá-la do pecado original; assim sendo, era obrigação de todo cristão batizar suas crianças e recomendava-se que os donos de escravas garantissem o batismo dos inocentes.

A Igreja Católica foi instituição presente na província desde os primeiros tempos de sua colonização; no ano de 1745 foi criada a prelazia de Goiás, elevada à diocese em 1826, pelo papa Leão XII, através da bula *Sollicita Catholici Gregis Cura*. Vinculada ao Arcebispado de São Salvador da Bahia, a Igreja em Goiás deveria obedecer às normas das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, legislação que data de 1707. As fontes principais desta pesquisa, os registros de casamentos e batizados, estão, portanto, ligadas a presença desta instituição em Goiás. A Paróquia de Nossa Senhora do Carmo, localizada no arraial do Carmo, foi matriz da Paróquia de Nossa Senhora das Mercês, localizada em Porto Real/Imperial, até o início do século XIX, quando a Paróquia das Mercês foi elevada a condição de matriz, possivelmente em razão do desenvolvimento econômico deste arraial e da migração de parte da população para as proximidades do rio Tocantins.

O ouro, que fazia com que o norte de Goiás se integrasse, de alguma maneira, aos centros da colônia e do Império Português, à Inglaterra e à costa africana, esgotou-se; a agricultura e a pecuária colocavam a região em um novo quadro espacial, uma vez que agora suas relações comerciais se davam internamente, e com Bahia, Maranhão e Pará. Não obstante as mudanças na economia, permaneceu a escravidão, instituição levada a Goiás em outros tempos e que ficou, tanto em razão de seu significado econômico quanto social e cultural. O ouro deixou de ser explorado e, por conseguinte, a economia se modificou; ainda assim, o escravo valia dinheiro e, nesse sentido, Goiás se integrava a todo o Império do Brasil.

A permanência da escravidão é vista, aqui, sob uma interpretação de evento e estrutura dada por Koselleck: “(...) suas constantes temporais ultrapassam o campo da experiência cronologicamente registrável dos indivíduos envolvidos em um evento. Os eventos são provocados ou sofridos por determinados sujeitos, mas as estruturas permanecem supra-individuais e intersubjetivas.”²¹ Se cada registro de batismo de criança escrava representa um evento, a escravidão enquanto instituição é a estrutura que permeia cada um daqueles sujeitos – e todos eles – naquele espaço e naquelas condições.

20 Parte dos registros também foram consultados durante minha iniciação científica, na Universidade Federal do Tocantins, sob orientação do professor Geraldo Silva Filho.

21 KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-RJ, 2006. p. 136.

Ao observar o padrão que se apresenta na escolha de padrinhos e madrinhas pelas mães escravas, lembra-se do significado do compadrio no estabelecimento das relações sociais em uma sociedade escravista. Para Brügger: “Deve-se considerar a própria compreensão do compadrio como uma aliança ‘para cima’, ou seja, com segmentos sociais, de algum modo, situados, na hierarquia social, em patamares mais elevados que o da mãe da criança (...).”²²

Para os anos de 1812 a 1870 há 187 registros de batismos de crianças escravas; destas, 159 tiveram um padrinho livre, apenas uma criança teve um padrinho escravo e as demais não tiveram um padrinho. Em relação às madrinhas, foram 134 livres, 18 escravas e as demais não tiveram madrinha. Nenhuma mãe escrava escolheu padrinho ou madrinha forros.

Pode-se elencar algumas razões para a predominância de padrinhos e madrinhas livres. Uma delas é a já referida preferência por constituir ou fortalecer uma relação social “para cima”, facilitada naqueles espaços urbanos e de escravarias pequenas. Os estudos sobre compadrio escravo que analisam o padrão de escolha das mães nas grandes fazendas mostram uma predominância de padrinhos e madrinhas igualmente escravos, pertencentes ao mesmo senhor. Em espaços urbanos maiores há também predomínio da escolha de livres, porém, há um maior número de escolha de escravos, nesse caso, comumente de escravarias diferentes. Em uma sociedade escravista, o primeiro fator de diferenciação social é a condição jurídica, desse modo, mesmo considerando que a escolha das mães se desse em razão de seus laços afetivos, foi preferível reforçar aqueles com pessoas de condição jurídica distinta.

Há um predomínio de batizados de crianças escravas nos registros, tendo sido encontrados apenas 11 registros de escravos adultos, destes, apenas 2 tiveram padrinhos escravos. Uma das convergências dos estudos sobre compadrio escravo é a (quase) ausência de apadrinhamento por parte dos senhores ou seus familiares; na documentação consultada, 6 senhores foram padrinhos e em outros 12 casos, os padrinhos pertenciam à mesma família do senhor. Foram, ainda, pouquíssimos os casos nos quais as crianças foram alforriadas na pia batismal, apenas 2 casos. Por fim, constam algumas informações sobre a origem das mães escravas: a maior parte delas era de crioulas, ou seja, já nascidas no Brasil; 8 eram africanas, das quais 5 minas e 2 angolas, e 1 aparece apenas como africana.

Considerações finais

Em consonância com estudos em outros espaços de pequena escravaria ou de escravidão urbana, há um padrão de escolha de padrinhos e madrinhas livres, o que demonstra

²² BRÜGGER, S. M. J. *Minas Patriarcal: Família e Sociedade (São João Del Rei -Séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Annablume, 2007, p.286.

a preocupação em querer reforçar os laços formados dentro da sociedade com pessoas em melhor condição jurídica. Quase não há casos de alforria na pia batismal, o que pôde ser mais observado na região cafeeira fluminense. Ademais, não foram frequentes o apadrinhamento por parte de senhores e seus familiares, tal como na maior parte das pesquisas sobre esta temática.

Os estudos sobre o compadrio escravo se inscrevem nas pesquisas sobre a história das populações, ligada ao método da demografia histórica desenvolvida desde meados do século passado, quando se acentuou o diálogo entre a História e as Ciências Sociais. Por meio da análise das estatísticas vitais e recenseamentos, historiadores têm conhecido melhor as populações do passado, não apenas pelos dados brutos que podem encontrar, mas observando as relações sociais estabelecidas entre os diferentes grupos e em distintos espaços. No Brasil, algumas das fontes mais profícuas para tais estudos são os registros paroquiais, visto que a Igreja foi uma instituição bastante em toda a América Portuguesa desde o início da colonização.

Entende-se aqui que o “teto que confina a vida dos homens” citado por Braudel para observar uma população, a estrutura na qual se teceram as relações de compadrio inicialmente analisadas no norte da Província de Goiás nos oitocentos é a escravidão, instituição levada àquele espaço na centúria anterior, em razão da exploração aurífera. Naquele lugar e para aquelas pessoas, a escravidão foi uma permanência; desse modo, não somente o trabalho e as formas de vida estavam ligados a ela, como também as relações sociais nas quais aquelas mães escravas buscaram inserir suas crianças.

Referências

Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora das Mercês.

Registros Paroquiais de Batizados, Casamentos e Óbitos – Livro 1.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Carla M.C. de, OLIVEIRA, M.R. de. Conquista do centro-sul: fundação da Colônia de Sacramento e “achamento” das Minas. In FRAGOSO, J., GOUVÊA, M.F. *O Brasil Colonial 1580-1720*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, pp. 267-334.

BACELLAR, C.A.P.; BASSANEZI, M.S.C.B.; SCOTT, A.N.V. “Quarenta anos de demografia histórica”. *Revista Brasileira de Estudos da População*, São Paulo, v.22, n.2, p.339-350, 2005.

BARROS DE CASTRO, Antônio. As mãos e os pés do senhor de engenho: dinâmica do escravismo colonial. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (org.). *Trabalho escravo, economia e sociedade*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1984.

BOTELHO, Tarcísio R. “Batismo e compadrio de escravos: Montes Claros (MG), século XIX”. *LOCUS: Revista de História*, Juiz de Fora, vol. 3, nº 1.

- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BRAUDEL, Fernand. *La Historia y las Ciencias Sociales*. 5 ed. Madrid, España: Alianza Editorial, 1980.
- _____. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. Vol. 01. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- BRUGGER, Silvia Maria Jardim. “Compadrio e Escravidão: uma análise do apadrinhamento de cativos em São João del Rei, 1730-1850”. *XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP, Caxambú/MG, 2004.
- _____. *Minas patriarcal: Família e sociedade (São João Del Rei – Séculos XVIII e XIX)*. 1.ed. São Paulo: Annablume, 2007.
- DOLES, Dalisia. *As comunicações fluviais pelo Tocantins e Araguaia no século XIX*. Tese de Doutorado.. FFLCH, Universidade de São Paulo, 1972.
- FLORES, K.M. *Estrangeiros no Tocantins do século XIX*. Palmas: Nagô Editora, 2013.
- FUNES, E. *Goiás (1800-1850): um período de transição da mineração à agropecuária*. Goiânia: UFG, 1986.
- GOUBERT, Pierre. Historical Demography and the Reinterpretation of Early Modern French History: A Research Review. In: RABB, Theodore K., ROTBERG, Robert I. *The Family in History – Interdisciplinary Essays*. New York: Harper Torchbooks, 1973.
- HENRY, Louis. O levantamento dos registros paroquiais e a técnica de reconstituição de famílias. In: MARCÍLIO, Maria Luiza (Org). *Demografia Histórica: Orientações e Técnicas Metodológicas*. São Paulo: Livraria Pioneiro Editora, 1977.
- HOLLINGSWORTH, Thomas H. Uma conceituação de Demografia Histórica e as diferentes fontes utilizadas em seu estudo. In: MARCÍLIO, Maria Luiza (Org). *Demografia Histórica: Orientações e Técnicas Metodológicas*. São Paulo: Livraria Pioneiro Editora, 1977.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-RJ, 2006.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *Caiçara: Terra e População. Estudo de Demografia Histórica e da História Social de Ubatuba*. 2.ed. São Paulo: Edusp, 2006.
- _____. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700 – 1836*. São Paulo: Hucitec; Edusp, 2000.
- _____. “Os registros paroquiais e a história do Brasil”. *Revista Varia História*, n. 31, p. 13-20, 2004.
- MARQUESE, Rafael de Bivar; SILVA JÚNIOR, Waldomiro Lourenço da. “Tempos históricos plurais: Braudel, Koselleck e o problema da escravidão negra nas Américas”. *História da Historiografia*, v. 11, n. 28, 2018, p. 44-81
- NADALIN, S.O. et al. Más allá del centro-sur: por una historia de la población colonial em los extremos de los dominios portugueses na América (siglos XVII-XIX). In: CELTON, Dora; GHIRARDI, Mónica; CARBONETTI, Adrián (orgs.) *Poblaciones históricas: fuentes, métodos y líneas de investigación*. Rio de Janeiro: ALAP, p. 137-153, 2009.
- PALACIN, L. *O século do ouro em Goiás*. 3ª ed. Goiânia: Oriente, 1979.
- POHL, Johann Emanuel. *Viagem no interior do Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- ROCHA, Solange Pereira da. *Gente negra na Paraíba oitocentista. População, família e parentesco espiritual*. 1.ed. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

SALLES, Gilka V.F. de. *Economia e escravidão na Capitania de Goiás*. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1992.

SAMARA, Eni de Mesquita. A constituição da família na população livre. In. COSTA, Iraci del Nero da (org.). *Brasil: História Econômica e Demográfica*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1986. pp. 189 – 203.

SCOTT, A.S.V.; SCOTT, D. “Cruzamento nominativo de fontes: desafios, problemas e algumas reflexões para a utilização dos registros paroquiais”. *XV Encontro Nacional de Estudos da População*, Caxambu, Minas Gerais, 2006.

SILVA Joaquim Norberto de Souza e. *Investigações sobre os recenseamentos da população geral do Império e de cada província de per si tentados desde os tempos coloniais até hoje*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1986.